

MÁRIO COVAS

O FORTE



o forte



NA VIDA, UM SÍMBOLO e COVAS, O BRAVO são dois textos de autoria do senador Lúcio Alcântara produzidos na semana do falecimento do governador de São Paulo, Mário Covas, ocorrido em 6 de março de 2001.



1930 ~ 2001

Na vida, **um símbolo**



O BRASIL ASSISTIU RECENTEMENTE aos funerais de Mário Covas. Foi um momento raro na história republicana, pois tanto o governador de São Paulo não escondeu em momento algum que estava doente e a gravidade do mal, como também a população acabou participando do desenrolar dos acontecimentos, lutando junto com Covas.

Foram enviadas centenas de cartas e telegramas, correntes de orações foram realizadas por todo o país, mensagens pessoais eram entregues ao governador quando este ia inaugurar e inspecionar obras. Nesses meses foram estabelecidas fortes relações entre Covas e o povo de São Paulo.

Mais do que a solidariedade, que é extremamente importante, essas manifestações destacaram a relevância da ação política de Mário Covas

Mais do que a solidariedade, que é extremamente importante, essas manifestações destacaram a relevância da ação política de Mário Covas. Como bem resumiu uma senhora ao ver o cortejo passar por uma avenida de São Paulo, sendo aplaudido e saudado por milhares de pessoas: *É bonito e triste ao mesmo tempo.*

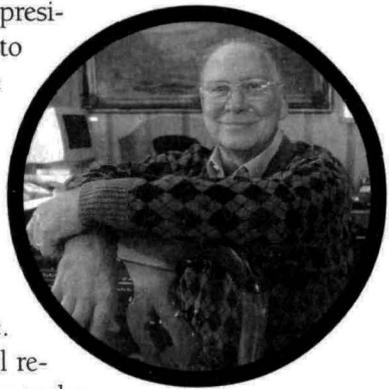
A história republicana já teve outros momentos de comoção. Em 1895, na morte de Floriano Peixoto, o povo do Rio de Janeiro realizou enorme demonstração de apreço ao Marechal de Ferro. Floriano foi velado durante vários dias. No dia do sepultamento, a capital federal viu a maior manifestação popular da sua história até aquela data, 6 de julho de 1895, que Machado de Assis registrou em sua crônica semanal: *Os mortos não vão tão depressa, como quer o adágio; mas que eles governam os vivos, é cousa dita, sabida e*

certa. Não me cabe narrar o que esta cidade viu ontem por ocasião de ser conduzido ao cemitério o cadáver de Floriano Peixoto.

Floriano quando morreu tinha deixado a Presidência da República há sete meses, ainda em um momento de profunda instabilidade política. Seu governo foi marcado pela consolidação do regime republicano em meio a sérios conflitos, como a Revolução Federalista e a Revolta da Armada. A manifestação popular durante seu velório foi, de alguma forma, a representação do apoio popular a um presidente que tratou com firmeza seus oponentes e com respeito o Tesouro público. Mas, é forçoso reconhecer, o enterro também serviu como instrumento político para enfraquecer o primeiro presidente civil da República, o paulista Prudente de Moraes.

Manifestações de pesar e política misturaram-se em 1895, mas não foi a última vez. No século XX, a cidade do Rio de Janeiro assistiu ao maior enterro do século: o do presidente Getúlio Vargas. Como é sabido, a 24 de agosto de 1954 o presidente cometeu suicídio. O velório e o enterro foram marcados por cenas de desespero e de profundo medo em relação ao futuro: era como se o povo perdesse o rumo e não tivesse mais quem o pudesse conduzir. A enorme repercussão popular acabou impossibilitando que os desafetos de Vargas chegassem ao governo por meio das eleições realizadas no ano seguinte.

Esses dois acontecimentos da História do Brasil representam bem o momento histórico. Um no instante das lutas pela consolidação do regime republicano e outro durante a República populista. Mas em nenhum deles temos presente a manifestação popular em defesa de valores que representam a gestão democrática do Estado, muito menos o que hoje chamamos de direitos da cidadania. A emoção popular acabou servindo para a estabilidade do regime, tanto em 1895 como em 1954, mas sem que tivesse emergido no processo a discussão dos valores republicanos, das questões públicas, do papel do cidadão e da ética na política.



Quase trinta anos depois, em 1985, passamos por outro momento de comoção nacional. A constatação da doença do presidente Tancredo Neves, a operação de emergência no Hospital de Base de Brasília e a impossibilidade de tomar posse na Presidência da República acabaram criando um drama com profundas repercussões políticas e sociais.

Estávamos iniciando um processo de transição do regime militar para um regime democrático, no qual a participação de Tancredo Neves foi decisiva. Além dessas dificuldades políticas, passávamos por sérios problemas econômicos, existindo uma série de demandas sociais que aguardavam a ação do poder público.

As esperanças nacionais concentravam-se na figura de Tancredo Neves, reforçando uma característica ainda presente na alma nacional de que encontrar solução para os nossos problemas não é tarefa coletiva, mas sim de um indivíduo.

A gravidade da doença do presidente Tancredo Neves não foi revelada de imediato. A ausência de transparência pública do que estava efetivamente ocorrendo com o Presidente acabou aumentando a comoção nacional, fortalecendo a idéia do sebastianismo político – presente no Brasil desde o período colonial – de que o Salvador estava por vir.

Como não houve transparência desde o momento da internação do Presidente, na noite de 15 de março de 1985, no Hospital de Base, os boatos logo tomaram conta do país. Um deles afirmava que Tancredo teria sido alvo de um atentado e que os políticos estavam escondendo esse fato da população. Os boletins médicos, intraduzíveis para a população comum, e as sucessivas operações foram a cada dia aumentando a comoção e a insatisfação popular. Tancredo estava doente mesmo? Foi um atentado?

Nos episódios de 1985, a doença e o ocultamento da gravidade do estado de Tancredo, como já disse, fortaleceram um comportamento político que, no limite, descêrê do regime democrático, pois prescinde da ação do cidadão, transformando um indivíduo em representante único do povo e com a responsabilidade de sozinho resolver todos os problemas nacionais.

Ocultar a gravidade da doença de Tancredo Neves, mesmo que não tenha sido essa a intenção, minou, logo no início, o processo de transição democrática, pois no seu primeiro teste, em que a transparência deveria estar presente, o comportamento do poder foi confuso.

O receio de apresentar o real estado médico de Tancredo e as contínuas manifestações de solidariedade defronte do Instituto do Coração, em São Paulo, davam a cada dia um ar mais dramático aos acontecimentos. O país passou semanas aguardando ansiosamente por dois boletins diários sobre a saúde do Presidente – quando parecia que o Brasil literalmente parava para ouvi-los.

Todas as esperanças acabaram em um domingo – 21 de abril de 1985. Os quarenta dias da enfermidade de Tancredo Neves eram associados aos graves males da nação. A doença associou-se no imaginário popular ao obstáculo, à impossibilidade de mudanças, como se de nada adiantassem a mobilização popular, as orações, as manifestações de solidariedade. A doença, assim como o centro do poder político, era insensível ao clamor popular.

Dezesseis anos depois, quando da enfermidade de Mário Covas, a publicização da doença pelo próprio paciente, desde os primeiros sintomas do mal, acabou conduzindo a um conjunto de manifestações de solidariedade com um sentimento bem diverso daqueles de 1985.

Nesses dezesseis anos, depois de três eleições ocorridas no Brasil, o país mudou. As instituições democráticas caminharam para a consolidação, o processo de construção da cidadania avançou.

Por outro lado, sente-se no ar um certo descrédito em relação à política: a sucessão de denúncias e de acusações de corrupção sem a devida apuração foi criando um caldo de cultura política que pode ser – esperamos que isso não ocorra –, em um futuro não muito distante, seriamente prejudicial à ordem democrática.

Ser considerado um político *limpo*, como Mário Covas, com um passado e um presente sem comprometimento com atos le-

Ser considerado um político limpo, como Mário Covas, é hoje um elemento essencial para o teste das urnas

sivos aos interesses populares, é hoje um elemento essencial para o teste das urnas.

Sabemos que não pode haver democracia plena quando há covinência ou suspeitas sobre o mau uso do dinheiro público ou enriquecimento ilícito daqueles que exercem funções públicas. A impunidade acaba incentivando atos de violação da ordem pública, pois banaliza e estimula a socialização da transgressão.

Em um país marcado pelo desconforto na relação entre a classe política e os cidadãos, onde, muitas vezes, se associa política com o mal uso dos recursos públicos, Mário Covas parece para muitos um peixe fora d'água. Em toda a sua longa trajetória política pautou sua atuação sempre pelo rigor, pela austeridade. Realizou inúmeras obras de interesse público, com a população sempre reconhecendo nele um fiel depositário dos seus impostos.

Vale a pena termos nossa análise no controle estrito dos recursos públicos. Um ou outro resultado eleitoral levou de forma inopinada alguns analistas a considerar que o eleitor pouca importância dá ao administrador que trata com lisura as contas públicas. Era como se pouco importasse a correção, a probidade, a honestidade. Isso, segundo alguns, eram pruridos aos quais o eleitor não dava atenção, pois o importante era o resultado em obras, independentemente se estas tinham sido superfaturadas ou se tinham prioridade social.

Mais uma vez os analistas de superfície erraram. O eleitor não só elegeu Mário Covas governador do Estado de São Paulo em 1994, como em 1998 o reelegeu, numa campanha em que a moralidade administrativa foi o principal mote, especialmente no segundo turno. Portanto, ter como um dos centros da gestão pública o mais absoluto rigor no uso dos recursos públicos não só é uma característica indispensável ao administrador democrata, pois um dos pilares da democracia é a transparência no recebimento e na aplicação dos recursos públicos, como também dá voto. O eleitor sabe apontar para o bom político.



Covas tratou sempre do interesse geral, discutia tanto quanto fosse necessário para só então, após o convencimento, adotar uma determinada medida. Foi um verdadeiro ateniense, daqueles que faziam a democracia defendida por Péricles, que, no primeiro ano da Guerra do Peloponeso, fez questão de enfrentar os críticos do regime democrático, que censuravam a forma de gestão de Atenas, argumentando que a livre discussão dos problemas era um empecilho à ação. Ao defender a democracia, Péricles ressaltava: *... para nós, não é a palavra que é nociva à ação, mas o não se informar pela palavra antes de se lançar à ação.* Este sempre foi o comportamento de Covas, discutindo até a exaustão, acreditando que somente pela democracia, pela ampla participação do cidadão nos negócios públicos, poderíamos não só enfrentar os grandes problemas nacionais, como também formar uma geração efetivamente cidadã, comprometida com o processo de transformação social do Brasil.

O que Covas sempre manteve bravamente foi a postura política de ouvir, debater, mesmo que não se chegasse a um consenso, mas sempre preservando o princípio da democracia, do respeito à opinião do oponente, enfim, da convivência dos contrários.

Brasil nunca foi uma palavra vã em seu vocabulário. Na Universidade de São Paulo, na cidade de Santos, no Congresso Nacional, enfrentando a ditadura militar ou ajudando a reconstrução democrática, Mário Covas sempre acreditou que o Brasil era maior, muito maior que seus problemas. Mas nunca ficou prisioneiro do discurso vazio, ufanista, que, na prática, não tem compromisso com o futuro da nossa pátria. Para ele, a modernização e o desenvolvimento do nosso país foram uma verdadeira obsessão.

Sabemos que somente os obstinados conseguem obter êxito em uma terra ainda marcada pelos interesses patrimonialistas. Somente eles podem vencer o inimigo aparentemente invencível. Covas, certamente, faria suas as palavras de Péricles:

Covas tratou sempre do interesse geral, discutia tanto quanto fosse necessário para só então, após o convencimento, adotar uma determinada medida

Somos ousados para agir, mas ao mesmo tempo gostamos de refletir sobre os riscos que pretendemos correr; para outros homens, ao contrário, ousadia significa ignorância e reflexão traz hesitação.

Daí por que muitas vezes não foi entendido. Foi chamado de ranzinza, encrunqueiro, de político *sem cintura*. Em um país no qual as idéias políticas muitas vezes são usadas para encobrir sórdidos interesses, a fidelidade a princípios éticos passou a ser considerada um obstáculo político-eleitoral, como se a população não desejasse ter como seu representante um cidadão com sólidos princípios. Ledo engano. A insistência de Covas na defesa da ética na política certamente deixará enraizado em grande parte do povo brasileiro o princípio do respeito aos valores democráticos.

A insistência de Covas na defesa da ética na política certamente deixará enraizado em grande parte do povo brasileiro o princípio do respeito aos valores democráticos

Ainda no calor da hora, o legado que é possível recolher desses acontecimentos relacionados ao governador Mário Covas é de que os seus mais de quarenta anos de vida pública não foram em vão. Defendeu e, principalmente, aplicou preceitos democráticos de gestão do Estado, transformando-os em valores permanentes da vida pública nacional. E mais importante: converteu esses valores em componentes do julga-

mento popular do cidadão, do eleitor. Se é inegável que as instituições do Estado brasileiro ainda precisam de aperfeiçoamento, a militância combativa e propositiva de Mário Covas foi um elemento fundamental na popularização das idéias da moderna democracia.

Parodiando a senhora que citamos no início, a tristeza pela morte do governador deixa a bela lição de que a transparência e a ética são componentes essenciais do verdadeiro líder político, tanto na vida pública como na vida privada. Recorramos, sempre, a Mário Covas.



Covas, o bravo



SOU POR FORMAÇÃO E POR INDOLE um homem que fundamentalmente crê. Desejo morrer do crime de boa-fé, antes que portador do pecado da desconfiança.

Essas palavras são de uma figura exemplar, cuja história de vida se confunde com as buscas de uma geração de políticos brasileiros que se notabilizou pela coerência e pela desabrida luta pelo respeito às instituições e pela manutenção das liberdades democráticas no Brasil. Refiro-me a Mário Covas.

A marcante e peculiar personalidade, o caráter ativo e a audácia desafiadora não nos permitem distinguir o que nele foi mais eloquente, se o político criativo e corajoso; se o grande tribuno, que com voz grave não se recusava a travar, diante de qualquer platéia, o que considerava um bom combate; se o destemido intérprete da realidade, ou o honesto representante de si mesmo e do seu tempo. Fato é que são raros os momentos, em nossa recente história, em que não o encontramos participando, contribuindo intensamente, expondo-se de maneira apaixonada.

Homem de profundos mergulhos em si mesmo, em seu trabalho, nas idéias, Covas perseguiu com tenacidade os valores da democracia e do respeito ao outro. E foi em nome da causa abraçada que o jovem engenheiro iniciou, em Santos, sua trajetória pública. O cargo de Secretário de Obras na prefeitura da cidade natal foi o ponto de partida, o marco zero de tantos outros que se sucederiam em dire-

Homem de profundos mergulhos em si mesmo, em seu trabalho, nas idéias, Covas perseguiu com tenacidade os valores da democracia e do respeito ao outro

ção à carreira que o fez protagonista de destaque na cena política brasileira.

Eleito em 1962, na legenda do Partido Social Trabalhista (PST), para o seu primeiro mandato como deputado federal, ingressou três anos depois (1965) no recém-criado Movimento Democrático Brasileiro (MDB) por força da extinção dos partidos políticos e da imposição do bipartidarismo pelo regime militar, que ocupou o poder em abril de 1964. Líder do MDB na Câmara, em 1968, Mário Covas subiu à tribuna, naquela tarde de 12 de dezembro, para, em veemente discurso, exortar os companheiros e os demais congressistas: (...). *Não permitais que um “delito impossível” possa transformar-se no funeral da democracia, no aniquilamento de um poder e no cântico lúgubre das liberdades perdidas.*



Contrariando os interesses dos poderosos de então, resistiu às objeções com a perseverança de quem sabe escolher o seu caminho e entrega-se de vez à causa democrática. O intervalo de dez anos que o afastou da vida pública não se deveu ao seu desejo, ou do seu eleitorado, mas à força do arbítrio. Com a decretação do Ato Institucional nº 5, o Brasil iniciava um dos períodos mais violentos de sua história.

Cumpridos os dez anos de cassação dos direitos políticos e enterrada a experiência do bipartidarismo, integra-se ao grupo que transforma o MDB em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), presidindo-o em São Paulo.

Nas eleições de 1982 retorna à Câmara pelo voto, exercendo mandato por um ano, quando, por convocação do governador Franco Montoro, assume a prefeitura da capital do seu estado.

Seu comportamento sempre pautado pela garra e pela vontade irresistível de crescer e ajudar a desenvolver o Brasil levou-o dos palanques das *Diretas já* à campanha para a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana. E é a partir dos trabalhos constituintes que as nossas relações de convivência se tornam freqüentes. Ele feito senador com consagrada votação, eu reeleito deputado

federal pelo Ceará, participamos de momentos inesquecíveis, nos quais o debate de idéias e o acirramento de conflitos e contradições propiciaram disputas, mas também deram lugar a memoráveis acordos que culminaram no avançado texto da nossa Constituição.

Capaz de frases bombásticas que expressavam o que muitos queriam dizer e não ousavam declarar; defensor contumaz dos seus pontos de vista; *teimoso e turrão* – no dizer do dr. Ulysses; *o espanhol de sangue quente*, segundo o inesquecível senador Severo Gomes, Covas era companheiro solidário e leal adversário, sabia lutar por suas propostas e, ainda, encampar aquelas que encontravam ressonância no ideário da democracia que tanto respeitava. *Acordo pactuado é para ser cumprido, trovejava pelos corredores do Congresso. É possível conciliar política e ética, política e honra, política e mudança*, diria mais tarde.

Acordo pactuado é para ser cumprido, trovejava pelos corredores do Congresso. É possível conciliar política e ética, política e honra, política e mudança, diria mais tarde

Empunhando a bandeira do nacionalismo, durante o processo constituinte impõe-se como líder do seu partido e, antes mesmo da promulgação da Carta de 1988, une-se a Franco Montoro, a Fernando Henrique Cardoso e a tantos outros, nascendo aí o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Na campanha à Presidência da República em 1989, a primeira eleição direta em 29 anos, o candidato Mário Covas ampliou experiência e respeitabilidade, logrou um modesto quarto lugar, mas abriu espaço para a conquista posterior de seu primeiro cargo executivo pelo voto popular, assumindo em 1995 o governo do Estado de São Paulo.

Desafiando o desgaste da impopularidade, forçado a tomar medidas drásticas para organizar a estrutura de governo, em virtude da dívida herdada de R\$ 42 bilhões, concluiu seu primeiro mandato como governador ostentando o troféu do saneamento financeiro de São Paulo, sendo reconduzido ao cargo, em reeleição, por mais quatro anos.

Sempre com o destemor e a ousadia demonstrados ao longo da vida, Covas enfrentou insatisfações, e até mesmo a ira de manifestantes, em ocasiões em que talvez o mais prudente seria evitá-las. O câncer que iria afastá-lo do nosso convívio já dava sinais evidentes da sua irreversibilidade.

Nunca deixou de dizer o que pensava, mesmo quando abordava temas delicados e, com a clareza típica dos fortes, não temeu mostrar a face frágil, escancarando sua dimensão humana ao país: *Deus me deu a vida, e quem ganhou o principal não pode reclamar do acessório*, afirmou chorando.

Incansável, tinha pressa, urgência. Sentia que o tempo se esgotava. Era preciso definir, nada de discussões estéreis. Apesar do sofrimento, tinha projetos a realizar, perseguindo-os até o último instante e, ao deixar a cena, generosamente legou-nos não o acessório, mas o principal – a retidão com a qual sempre se conduziu.

Seguramente, alguns pontos deste breve inventário já foram amplamente divulgados com riqueza de detalhes por ocasião de sua morte e são do conhecimento de todos. Porém, ao sublinhá-los, faço-o recordando momentos em que vitórias e derrotas se alternaram, júbilo e decepção confundiram-se, mas, sem dúvida, vividos com extrema intensidade. Muitos desses momentos tive o privilégio de compartilhar.

Se hoje o Brasil lamenta a sua ausência, e tantos apregoam a perda de uma real referência, isso é legítimo e incontestável. Todavia, há de se ressaltar o significado de sua trajetória e dela colher os exemplos de dignidade. O perfil agressivo, irascível, muitas vezes intempestivo, moldava a sua figura. Arrogante não era. Nem sempre compreendido, certamente, mas sabia renunciar quando assim era exigido. Fazia o enfrentamento honesto com sua gente. Sabia ouvir, mas tinha resposta correspondente, certo da convicção de que a democracia pressupõe erro e acerto. Essa percepção de igualdade é o que o tornava peculiar e o fazia respeitado até entre seus oponentes.

Deus me deu a vida, e quem ganhou o principal não pode reclamar do acessório, afirmou chorando

Neste momento, antes que lamentar, Covas, se aqui estivesse, diria que valia a pena comemorar o acerto, porquanto os caminhos e os descaminhos percorridos, por ele e por nós, acrescentaram no aprendizado, cujo norte era e é o alcance da maturidade.

Possivelmente, ainda poucos conseguem perceber como pode ser prazeroso e estimulante conviver com o contraditório. Basta que saibamos utilizá-lo, que cada um de nós saiba cumprir com o seu dever.

O Brasil, ao longo dos seus quinhentos anos de história, apesar dos desencontros e das adversidades, soube forjar cidadãos que respeitam e honram o seu patrimônio. Este é o legado.

Sou forte-frágil, guerreiro e combativo. O que tenho de mais forte é a minha experiência. Sempre lutei pelas idéias que acredito e continuarei lutando – por elas e pela minha vida, concluía Mário Covas, o bravo.



DIREITOS EXCLUSIVOS PARA ESTA EDIÇÃO:
Gabinete parlamentar do senador Lúcio Alcântara

Edição do gabinete do senador Lúcio Alcântara
Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. 7 – Anexo II – Senado Federal
70165-900 – Brasília-DF
Telefone: (0xx61) 311-2301/02
Fax: (0xx61) 323-5372
e-mail: lucioalc@senado.gov.br
Ligação gratuita A VOZ DO CIDADÃO 0800-612211

COMITÊ EXECUTIVO:

Afonso Celso Machado Neto
Doris Marize Romariz Peixoto
Lêda Maria Sampaio Pinto
Liana Farias Soares Oldham
Lúcio Gonçalo de Alcântara
Sandra Koetz Ibiapina
Wellington Bezerra de Oliveira

COORDENAÇÃO EDITORIAL:

Afonso Celso Machado Neto

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS, REVISÃO E ACOMPANHAMENTO EDITORIAL:

Rejane de Meneses e Yana Palankof

PROJETO GRÁFICO E CAPA:

Márcio Duarte

EDITORACÃO ELETRÔNICA:

Márcio Duarte e Raimunda Dias

FOTOS:

Frederic Jean – p. 1
Antonio Milena – p. 3, 7 e 12
Claudio Rossi – p. 4 e 11

SECRETARIA-GERAL:

Afonso Celso Machado Neto
Doris Marize Romariz Peixoto

Ficha catalográfica

Alcântara, Lúcio.

Covas, o forte / Lúcio Alcântara. – Brasília : Instituto Teotônio Vilela, 2001.
16 p.

1. Política e governo, discursos, ensaios, conferências. Brasil. 2. Senador, Brasil.
I. Covas, Mário, 1930-2001. II. Título.

CDD 320.981

**LÚCIO GONÇALO DE
ALCANTARA**

*Nascido a 16 de maio de 1943,
em Fortaleza (CE)*

*Formado em medicina pela Universidade
Federal do Ceará – UFC (1966)*

*Titular da Academia Cearense de Letras,
Cadeira nº 26 (1978)*

*Prefeito de Fortaleza
(1979-1982)*

*Deputado federal
(1983-1987)*

*Deputado federal constituinte
(1987-1991)*

*Vice-governador do Estado do Ceará
(1991-1994)*

*Senador da República
(1995-2003)*

*Presidente do Conselho Editorial
do Senado Federal (1997-2001)*

*Presidente do Instituto Teotônio
Vilela Nacional (1996-2001)*